

JORNAL

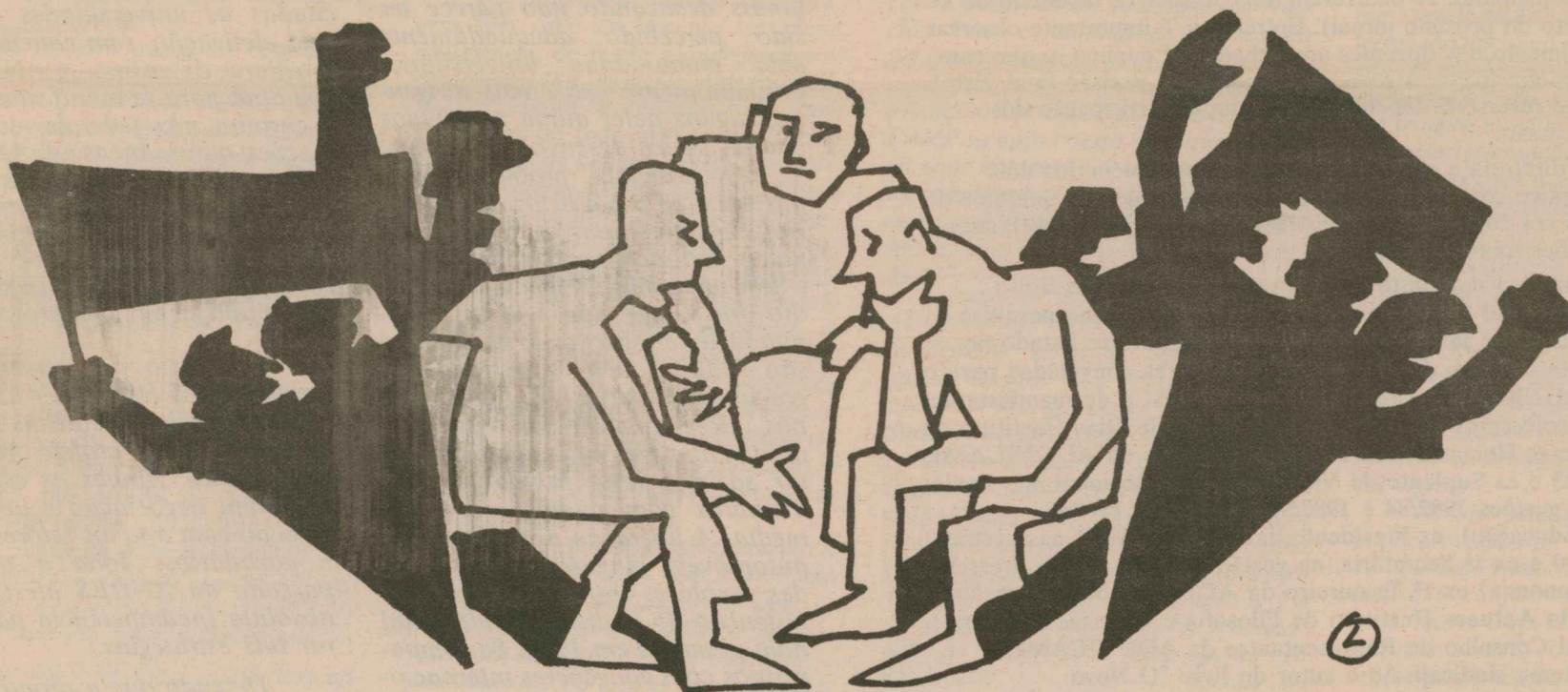
adunicamp

ANO 11

DEZEMBRO 91

Publicação da Associação de Docentes da UNICAMP - Campinas - SP

ADUNICAMP E SINDICALIZAÇÃO EM DEBATE



ENTREVISTA COM
ARMANDO BOITO JÚNIOR,
AUTOR DO LIVRO
"O SINDICALISMO DE
ESTADO NO BRASIL"

Página 3

"ADUNICAMP E
SINDICALIZAÇÃO" :
TRECHOS DO DEBATE QUE
REUNIU EDMUNDO DIAS,
HELENA DE FREITAS,
MÁRIO PRESSER E
RICARDO ANTUNES.

Páginas 4, 5 e 6

VEJA AINDA:
ARTIGOS SOBRE
SINDICALIZAÇÃO

Hélio Lemos Solha



Mesa I do Debate "Adunicamp e Sindicalização"

Editorial

Dando continuidade ao cumprimento dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, a diretoria da ADUNICAMP publica o resultado do 1º debate sobre o tema "Sindicalização" realizado em 06/11/91. É oportuno lembrar que, a conquista do direito de sindicalização alcançado com a carta de 88 e a transformação da ANDES em sindicato nacional, tornaram premente esta discussão. Que opções organizativas temos? Qual o significado de cada uma delas no nosso cotidiano universitário? Estas e outras questões tem sido o objeto dos debates. Esperamos, através deste processo, contribuir para o esclarecimento dos docentes e para a formulação de propostas que permitam uma tomada de decisão.

Ao organizar os eventos e publicação deste jornal a Diretoria da ADUNICAMP está empenhando seus maiores esforços em ampliar ao máximo as discussões procurando viabilizar decisões democráticas, representativas e legítimas. Já ocorreram dois debates (o resultado do 2º debate será objeto do próximo jornal). Entretanto, é importante observar que o comparecimento dos docentes aos debates foi mínimo, o que com certeza poderá comprometer a representatividade da decisão final. Este quadro todavia, é reversível dependendo da ampla participação dos docentes na discussão.

Neste sentido a diretoria e o C.R. estão organizando, além dos dois jornais, um sinóptico com esclarecimentos sobre algumas das questões do tema. Sugerimos aos colegas que enviem à sede da ADUNICAMP suas dúvidas e sugestões sobre o assunto.

Este número traz uma entrevista com o professor Armando Boito Júnior, do (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), que pesquisa o sindicalismo e acaba de lançar o livro "O Sindicalismo de Estado no Brasil". Apresenta extratos das falas dos debatedores convidados para o I DEBATE "ADUNICAMP E SINDICALIZAÇÕES" e de manifestantes da platéia. Os professores convidados foram Eduardo Dias (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), ex-1º Vice-Presidente da ADUNICAMP, na gestão 1981/83 e ex-Suplente de Vice-Presidente Regional São Paulo da ANDES, nas gestões 1982/84 e 1988/90; Helena de Freitas (Faculdade de Educação), ex-Presidente da ADUNICAMP, nas gestões 1987/89 e 1989/90 e ex-1ª Secretária, na gestão 1990/91; Mário Presser (Instituto de Economia) ex-1º Tesoureiro da ADUNICAMP, na gestão 1983/85 e Ricardo Antunes (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), membro do atual Conselho de Representantes da ADUNICAMP, pesquisador do tema sindicalismo e autor do livro "O Novo Sindicalismo", lançado recentemente.

Publicamos, na sequência, todos os artigos enviados sobre o tema.

Esperamos finalmente que a partir desta publicação os docentes interajam efetivamente com seus colegas e a associação discutindo a questão e contribuindo com sua opinião.

EXPEDIENTE

Diretoria

Adolpho Hengeltraub - Presidente
Rafael Santos Mendes - 1º Vice
Eduardo J.S. Vichi - 2º Vice
Ramon H. Gutiérrez - 1º Secretário
Valério José Arantes - 2º Secretário
Maria Alice Bozola Grou - 1º Tesoureiro
Maria Cecília C. Benatti - 2º Tesoureiro
Carlos Fernando S. de Andrade - Dir. Administrativo
Hélio Lemos Solha - Dir. de Imprensa
Emilia Rutkowski - Dir. Cultural

JORNAL DA ADUNICAMP -
DEZEMBRO/1991

Jornalista Responsável:
Márcia M. Corsi Moreira

Tiragem: 5.000 exemplares



ARTE & LASER

Fone: (0192) 54-2310

Distribuição gratuita

O sindicalismo necessário não passa pela ANDES

Creio que já é hora de amadurecer a decisão de transformar a ADUNICAMP em Sindicato. A resistência histórica a tal transformação tem sido fundamentada na idéia de que a ADUNICAMP deveria ser "algo mais" do que um mero sindicato, propondo políticas mais gerais para a Universidade. Com a democratização da UNICAMP, essas funções da ADUNICAMP foram, em grande parte, transferidas para outras instâncias, tendo as sofríveis gestões da entidade nos últimos anos contribuído fortemente para esse desenlace. Porém, o forte argumento a favor da transformação em sindicato é, a meu juízo, que se avolumam no horizonte de médio prazo as tarefas eminentemente sindicais.

As próprias projeções internas do governo Collor prevêem, na melhor das hipóteses, a virtual estagnação da economia brasileira até o final do seu mandato. Os impactos sobre as finanças estaduais do projeto neoliberal são desastrosas. A "austeridade" futura que nos reserva esse projeto promete tornar a nossa posição atual confortável. O tamanho do buraco para o qual estamos deslizando não parece ter sido percebido adequadamente pela comunidade universitária, principalmente pelos seus dirigentes, alguns deles ainda envolvidos em devaneios desenvolvimentistas.

O principal problema das universidades paulistas é o salarial. Estamos com os salários em níveis historicamente muito baixos e sem nenhuma perspectiva de médio prazo, que não seja de continuada deterioração, a menos que são Judas Tadeu, o patrono das graças impossíveis, se apiede de nós. Hoje, o professor assistente-doutor não tem mais como sustentar sozinho uma família de três membros com padrão de classe média. A liberação dos preços dos automóveis, aluguéis e mensalidades escolares transformará a manutenção do padrão de vida atual num pesadelo em 1992. Se compararmos com congêneres internacionais, o nosso salário é ridículo. Um professor assistente-doutor na Harvard Business School tem salário inicial de US\$ 75.000/ano. A questão salarial ameaça não só o "Projeto Qualidade" da UNICAMP como promete uma brutal regressão nos níveis de dedicação dos professores à universidade, há testemunhada pela proliferação de "consultores" entre nós.

Não bastasse isso, a própria aposentadoria integral, para não falar do tempo de contagem para a aposentadoria, está ameaçada. Já existem projetos, a nível federal, propondo a sua extinção e projetos estaduais para a implementação de novas alíquotas, muito maiores, para financiar a Previdência.

Nesses casos, a nossa iniciativa é urgente, para não sermos atropelados pelos fatos. O sindicalismo, tão depreciado como "corporativista", "defensor de privilégios" etc., é a única resposta organizada possível.

Dito isso, a questão ainda não foi resolvida. Que tipo de sindicato? E aí há um enorme perigo. Os simpatizantes das últimas diretorias da ADUNICAMP propõem a nossa filiação à ANDES como "Seção Sindical". Como fui por várias vezes delegado da ADUNICAMP aos Congressos Nacionais da ANDES, tenho o dever de alertar aos colegas que considero essa proposta um dos maiores equívocos que possamos cometer. Em primeiro lugar, a ANDES sempre se pautou por uma política fundamentalista e sectária, sendo refém dos grupos mais atrasados da dupla PT-PC do B. A ANDES sempre defendeu políticas universalistas para as universidades (carreira única, isonomia de salários, distribuição das verbas), ignorando as enormes diferenças entre as mesmas. A ANDES se calou quando foram inchadas as universidades federais pela efetivação, sem concurso, dos auxiliares de ensino. A ANDES levou anos para se manifestar contra a carreira nas federais, com promoções automáticas. A ANDES é a favor de eleições paritárias nas Universidades. As listas de sandices que a ANDES patrocinou na sua curta existência é de pasmar, como qualquer rápida consulta às suas publicações comprova.

No início dos noventa, que necessitamos é defender as universidades públicas paulistas no varejo e derrotar o projeto neoliberal no atacado. Ambas as estratégias requerem negociação e uma composição com amplos setores sociais e partidários. Toda a trajetória passada da ANDES atesta a sua absoluta incompetência para liderar tais estratégias.

Defendo que a proposta mais correta é um sindicato dos professores das Universidades Estaduais Paulistas, com seções sindicais em cada Universidade. Os nossos problemas têm um certo grau de particularidade e as propostas que estão sendo geradas nas próprias Universidades Paulistas são marcadamente diferentes das existentes nas Federais. Além disso, uma das linhas mais promissora de defesa das linhas de pesquisa mais recentes e de reforço nas áreas de pesquisa mais débeis consiste num esforço de integração de esforços (e não de triplicação, como ocorre hoje) entre as três Universidades paulistas.

Mário Ferreira Presser
Prof. - IE

OFICIALIZAR PRA QUÊ?

ENTREVISTA COM ARMANDO BOITO JÚNIOR

O Jornal da ADUNICAMP entrevistou para esta edição especial "ADUNICAMP e SINDICALIZAÇÃO", o professor Armando Boito Júnior. Professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, ele é autor do livro lançado recentemente pelas Editoras da UNICAMP e HUCITEC "O Sindicalismo de Estado no Brasil". O livro faz uma análise crítica da estrutura sindical corporativa brasileira e do legalismo ainda presente no movimento sindical.

Nesta entrevista, Armando diz porque critica a oficialização dos sindicatos que representam os funcionários públicos e o que pensa em relação aos rumos a serem tomados pela ADUNICAMP frente à sindicalização.

Jornal da ADUNICAMP - Em seu livro você critica as teses sobre criação de sindicato elaboradas por entidades do funcionalismo público (entre elas, a ANDES-SN), por julgar que na prática são contrárias à liberdade e autonomia sindical. O que quer dizer com isso?

Armando Boito Júnior - O que está em discussão não é a organização dos sindicatos para os servidores públicos, pois os servidores públicos já possuem seus sindicatos desde o início da década de oitenta, quando se organizaram em associações e passaram a lutar pela defesa dos seus salários, por melhores condições de trabalho e integraram a luta contra o regime de ditadura militar.

O que está em discussão é saber se nós devemos ou não oficializar esse sindicato. Quer dizer, pedir um registro no Ministério do Trabalho, e a partir daí, usufruirmos do monopólio legal de representação sindical de um determinado segmento de trabalhadores do setor público, e de posse desse monopólio, que é em si uma instituição autoritária, criada pela primeira vez pelo corporativismo fascista sob Mussolini na década de 20, então saber se poderemos assinar convenções coletivas e acordos de trabalho oficiais, isto é, registrados e tutelados pela Justiça do Trabalho, saber se teremos ou não imposto sindical, taxa assistencial e todo o conjunto de vantagens aparentes que a legislação sindical corporativa no Brasil, confere aos sindicatos oficiais.

ADUSP e ADUNESP transformaram-se em Seções Sindicais da ANDES-SN. Que problemas você vê em que a ADUNICAMP tome o mesmo caminho?

Para nos transformarmos em seção sindical da ANDES, teríamos de oficializar a nossa Associação. A ANDES, que era uma Associação livre, que cresceu como todo sindicalismo do funcionalismo público por fora da estrutura sindical, decidiu integrar-se à estrutura sindical, oficializou-se e faz parte da estrutura sindical atrelada.

"Vamos apostar na nossa luta ou numa Justiça que, do alto, virá em nossa ajuda e em nosso socorro?"

O sindicalismo corporativo no Brasil, a chamada estrutura sindical atrelada, foi criada na década de 30 por Getúlio Vargas para controlar e tutelar o movimento dos trabalhadores e, desde o início dos anos 80, ela vem sendo questionada por setores das classes trabalhadoras. A tendência ao longo dos últimos anos é de corrosão, de declínio dessa estrutura sindical corporativa e atrelada. Na última campanha unificada de petroleiros e bancários, os trabalhadores já entraram na campanha afirmando que não queriam a intromissão da Justiça do Trabalho na negociação com o patronato. Porque a Justiça do Trabalho é uma tutela, entrava a luta e impõe limites sérios à luta dos trabalhadores.

Ora, a tendência histórica aponta para o declínio da estrutura sindical e nós aqui da ADUNICAMP vamos ficar solicitando o direito de instaurar dissídio na Justiça do Trabalho? Quando os setores mais avançados do movimento já apontam para se libertar, nós vamos querer nos integrar à tutela da Justiça do Trabalho, tutela concebida falsamente, de maneira ilusória, como algo protetor? Vamos apostar na nossa luta ou numa Justiça que do alto virá em nossa

ajuda e em nosso socorro? É essa a questão que está colocada para a Associação de Docentes da Unicamp.

Eu defendo que nós mantenhamos o caráter de uma Associação privada que já é um sindicato, um sindicato livre e autônomo.

Os funcionários da UNICAMP criaram, este ano, o Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP (STU). Não seria interessante que os docentes da UNICAMP unificassem sua luta junto aos funcionários?

É mais do que necessária a unidade do conjunto de funcionários que trabalham na Unicamp, e por esse conjunto de funcionários se entende todos os funcionários e portanto inclusive os funcionários docentes. No entanto, o STU padece de um problema de fundo idêntico ao da ANDES-SN: o STU é também sindicato oficial.

Assim como sou contrário à integração da ADUNICAMP à ANDES, sou contrário à integração da ADUNICAMP ao STU. Neste caso, com uma diferença. É que no caso específico da ANDES, a ANDES, além de ser um sindicato oficial, e por isso ser passível de críticas, ela é também um sindicalismo marcado fortemente pelo corporativismo de tipo profissional que secciona, separa um grupo de trabalhadores - os docentes universitários - organiza-os à parte e leva junto com eles um movimento mais ou menos separado do restante do movimento dos trabalhadores que trabalham na área de educação.



dando mais para pagar escola dos filhos, para o lazer, para a compra de livros, enfim, para que os docentes tenham acesso aos bens mínimos que deveriam ter - do que com o orçamento da Universidade. Porque nós não temos controle sobre ele, não adianta nós ficarmos discutindo o orçamento que nós não controlamos.

"A ADUNICAMP pode desempenhar esse papel positivo: mostrar que as entidades devem se desvincular do sindicalismo oficial."

Outro aspecto nessa questão do ICMS é que esse orçamento da universidade não é um dado de uma rigidez absoluta. O Estado pode aumentar a dotação. Do mesmo modo que o Fórum Paulista de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, presidido pelo governador Fleury, a cada reunião isenta os empresários de um novo imposto, se nós tivermos um movimento organizado e forte poderemos aumentar a dotação da universidade e em vez de isentar o empresariado, sobretaxá-lo. Em última instância, o orçamento depende da correlação política de forças.

Um sindicalismo mais agressivo como esse que você propõe não poderia prejudicar a Universidade, concentrando excessivamente os recursos no pagamento de pessoal?

É exatamente o oposto. A deterioração salarial afasta os pesquisadores da Universidade. Alguns saem, outros priorizam atividades externas, e os estudantes com maior potencial começam a se desinteressar pela carreira docente. A luta sindical dos docentes é, hoje, condição para a preservação das Universidades paulistas enquanto centros avançados de pesquisa e ensino.

Diante do processo de sindicalização das entidades das Universidades Paulistas, a não oficialização da ADUNICAMP não a isola das demais?

Devemos buscar a unidade na ação sindical com o conjunto dos funcionários da UNICAMP e das demais universidades estaduais paulistas e nossa luta sindical deve priorizar a sua integração à luta do conjunto dos funcionários públicos do Estado de São Paulo.

Preservando nossa autonomia como associação civil, devemos lutar junto ao STU para que eles revertam o processo de oficialização daquela entidade. A ADUNICAMP pode desempenhar esse papel positivo: mostrar que as entidades devem se desvincular do sindicalismo oficial. A experiência histórica do sindicalismo brasileiro mostra a ineficácia desse sindicalismo oficial, os limites que a estrutura sindical impõem à luta dos trabalhadores.

A oficialização dos sindicatos livres dos funcionários públicos vem encontrando dificuldades junto ao Judiciário. A batalha não está decidida. A ADUNICAMP pode desempenhar um papel importante na luta pela reversão desse processo de integração das associações de funcionários à estrutura sindical.

Se isso vier a ocorrer, isto é, se o STU reverter o processo de oficialização, serei favorável, após discussão e consulta, a uma fusão STU/ADUNICAMP. Teríamos um sindicato unitário de professores e demais funcionários, mas um sindicato autônomo e não um sindicato oficial.

Esse corporativismo profissional deve ser criticado na ANDES, juntamente com o caráter oficial que a ANDES resolveu pleitear e assumir. Corporativismo profissional que não existe no STU. Pelo contrário, o STU procura unificar todos os trabalhadores da UNICAMP. No entanto, visto que é um sindicato oficial, eu pessoalmente também acharia negativo que a ADUNICAMP se filiasse ao STU e se dissolvesse para integrar o STU.

Na organização dos docentes, como pode ser buscada a autonomia sindical?

A luta para que os professores assumam de maneira integral o caráter sindical da sua organização, e da sua luta, passa por alguns pontos realmente importantes.

O primeiro: mostrar aos professores que eles são trabalhadores assalariados e precisam, para defender os seus interesses, comportarem-se como tal. Isso significa, dentre outras coisas, reconhecer a importância e a eficácia da greve. Existe entre nós sempre uma relutância quando se trata de assumir a luta grevista. Já vimos como a greve nas Universidades - mesmo com as suas especificidades - tem eficácia sim; obriga o governo a fazer dotações suplementares para o orçamento das Universidades.

Segundo: considero também importante nós nos desvincilharmos deste limite representado pelo ICMS. A nossa entidade deve se preocupar muito mais com o orçamento doméstico dos trabalhadores que representa - orçamento esse que não está

ADUNICAMP E SINDIC

EDMUNDO DIAS

● "Eu parto do pressuposto de que nós deveríamos nos transformar em uma seção sindical da ANDES Sindicato Nacional."

● "Há uns dois anos atrás, novembro, ela (ANDES) se transformou em Sindicato. Sindicato de base nacional, que pretende manter a tradição do movimento de 10 anos da Associação Nacional dos docentes de estabelecimentos do Ensino Superior, e atualizá-lo sob a forma sindical".

... a nossa proposta é (...) implementar um sindicato e buscar a adesão, no caso, dos companheiros da UNICAMP para um sindicato nacional, que não seja recortado pela forma administrativa de quem é o patrão, se é público ou privado; pensando a especificidade do ensino de 3º grau, mas ao mesmo tempo resguardando a autonomia das entidades de base que foi aquilo que permitiu chegarmos até onde nós estamos".

● "Salário é vital, condições de carreira são vitais e há um truque na política nacional que é colocar tudo o que é de interesse do trabalhador como corporativo. Isso permite a que o Estado apareça como o único interlocutor do coletivo, do social e cada coletivo, particularizado pelas suas funções na sociedade, passe a ser apenas uma parte; e, então, quando a gente luta pelos interesses dessa parte, nós somos desqualificados politicamente como corporativos, ou seja, como se nós nos voltássemos contra os interesses da sociedade. Antigamente era mais fácil: eles chamavam a gente de comunista".

● "A Constituição brasileira, de certa forma mantém o que há de pior da estrutura sindical do país. Ela determina uma unicidade sindical, sem consultar os trabalhadores. (...) Por quê o Estado não chega e diz aos empresários, por exemplo, que eles devam se associar unitariamente?"

● "Estatutariamente, a ANDES-Sindicato Nacional coloca algumas tarefas que são fundamentais. Uma delas é por fim, na prática e não no discurso, ao imposto sindical. (...) O sindicato nacional, como as associações de base que existem agora, têm que ser sustentados pelo conjunto dos seus associados, não podem viver nem às expensas do Estado, nem muito menos permitir que o dinheiro que seja retirado da sua base seja transferido à Confederações e Federações nacionais cujo processo de escolha é absolutamente fora de qualquer controle da categoria".

● "A ANDES tem o seu Estatuto dizendo o seguinte: devolve o imposto

sindical. Para devolver, ela tem que ter o imposto sindical na mão".

● "Então, recolhia a ANDES, muito bem, e aí (surge) uma discussão sobre se nós representamos ou não representamos as particulares. (...) entraram com uma ação judicial questionando o nosso direito histórico a existir; não discutiram com a nossa categoria, foram ao Tribunal do Trabalho, contestar, que éramos inconstitucionais, etc., etc., etc. ... a ANDES partiu para um outro nível de retaliação. (...) embargamos judicialmente todo e qualquer imposto sindical sobre professores universitários do Brasil".

● "... a pelegada não ia poder usar esse dinheiro é por isso que a gente não pode ainda devolver. Esse dinheiro, o que foi recolhido pela ANDES antes do embargo, está em caderneta de poupança, em nome de cada associado, rendendo o que é possível render, nessa violência que é o sistema financeiro brasileiro. Tão logo haja a liberação e a decisão sobre isso, a ANDES vai implementar a sua decisão estatutária, de devolução. E vai devolver através do quê? Das seções sindicais dela".

● "Essas são as idéias essenciais: manutenção das formas democráticas existentes, com o ganho do poder de organização nacional; associação da luta corporativa com as grandes questões políticas nacionais que não são essas que eu falei só".

HELENA DE FREITAS

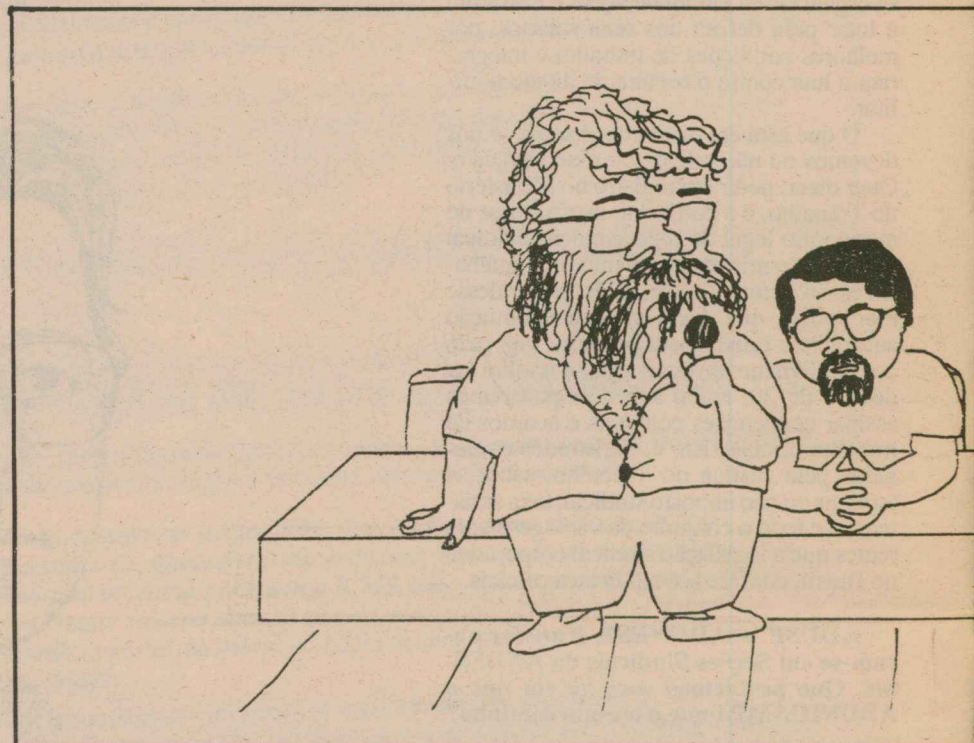
● "Para mim, é uma questão pacífica de que a ADUNICAMP deve ter um caráter sindical em oposição a um caráter institucional."

● "Há uma confusão muito grande quando se fala em ADUNICAMP manter o conteúdo sindical, então o sindical não é acadêmico? Opõe-se o sindical ao acadêmico. A oposição que a gente tem que fazer é a seguinte: são duas as formas, no nosso local de trabalho, sob os quais a gente se organiza. Na forma institucional, nós temos os departamentos, as Congregações, a representação no Conselho Universitário, e a outra forma é a sindical. Ambas são acadêmicas ou podem ser acadêmicas".

● "A experiência da ADUNICAMP é que pode mostrar quem foi mais acadêmico em determinado momento, e quem foi mais político, partidário, em determinado momento. Se a instituição ou se a ADUNICAMP".

● "... eu acho que a gente tem que se opor ao caráter, digamos assim, à forma de organização institucional que a UNICAMP tem enquanto local de trabalho. (...) todos nós defendemos, não a forma de organização mas o conteúdo sindical da entidade".

Devemos continuar uma Associação? Tornar-nos Seção Universidades Paulistas? Quais as condições para isso? A fim de impulsionar estas e outras discussões em torno de representantes, decidiu pela realização da série de debates. O primeiro debate, realizado no último dia 6 de novembro, teve como moderador o professor Antunes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Helena de Freitas, professora de Economia. O debate foi coordenado por Mário Presser, professor de ADUNICAMP, o professor Rafael Santos Mota e o professor de Filosofia. Transcrevemos, aqui, trechos de



● "Acho que a gente tem que entender que nós somos trabalhadores, que isso se insere, como professor universitário, no conjunto do assalariado do nosso país. (...) apesar de a gente ter uma forma de trabalho que tem suas especificidades".

● "A defesa de um projeto de universidade, de um projeto diferente do que está aí (...) esse projeto de universidade que está sendo gestado no governo Colloz, pela Reitoria, pelo governo de Estado (...) só vai ser construído quando a gente tiver uma forma de organização sindical, com todas as formas democráticas que tem qualquer entidade sindical: assembleias, conselhos, conselho fiscal, conselho de representantes, conselho por unidade...".

"Existe um preconceito muito grande entre os docentes com relação a essa questão sindical. (...) a defesa que eu faço (...), é que a gente deva se organizar em termos de trabalhadores em educação".

● "Qual é a forma de organização sindical que nos faria avançar mais no sentido da luta política, da luta econômica, da luta por um projeto de universidade, ou de um projeto de universidade, ou de um projeto educacional? Eu acho que a forma de nos organizarmos, primeiro, na UNICAMP, junto com os

funcionários, um sindicato dos trabalhadores da UNICAMP. Ao nível estadual, junto às Universidades Estaduais e criando fóruns junto às Universidades particulares; mais ainda, que a gente buscasse fóruns articulados com o 1º e 2º graus, Apeoesp, com outros setores que nós pudessemos articular".

● "Não é a forma de organização que define se é uma entidade de luta ou pelega, mas é o conteúdo também da luta que vai dar isso. Por isso acho que a gente tem que pensar na possibilidade de que a ADUNICAMP continue, enquanto ADUNICAMP, com esse nome, (...) tomando uma forma mais sindical do que provavelmente ela tem hoje".

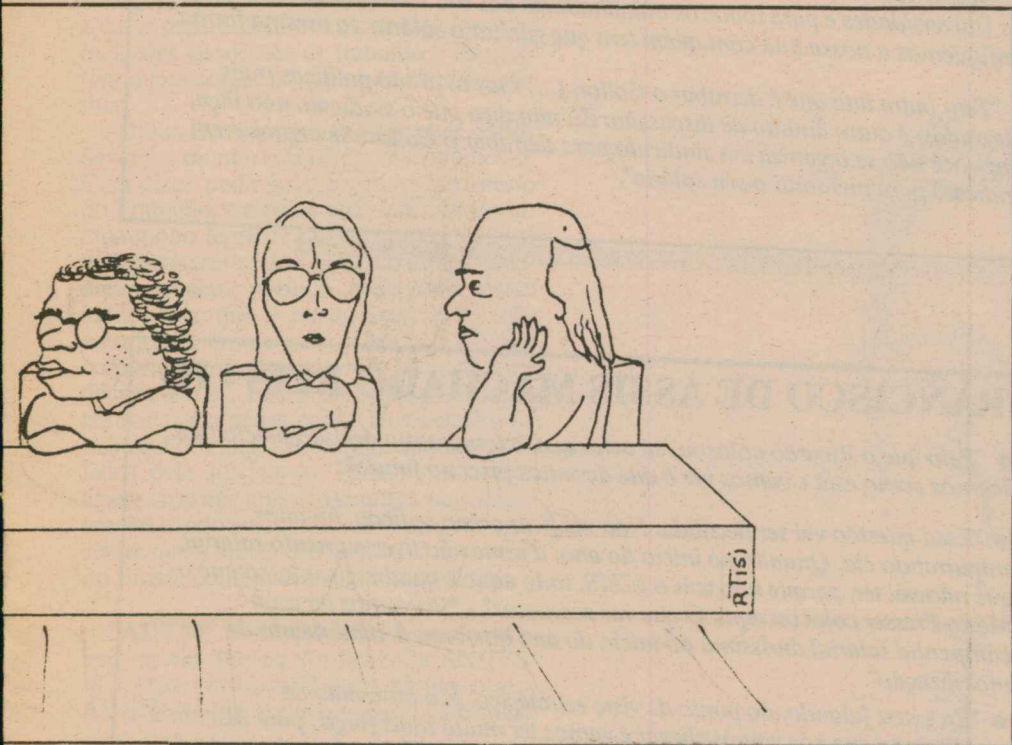
● "Eu coloco também a necessidade de que a gente se articule e se filie, e se organize em torno da CUT que é a Central Sindical em termos nacionais. (...) Eu não gostaria que a gente pensasse só em resolver o nosso problema imediato (...) não temos que resolver um problema sindical unicamente para resolver como que nós vamos entrar com dissídio quando o Vogt não quiser ou o CRUESP não quiser nos dar o aumento, não é?".

MÁRIO PRESSER

● "...acho que a fase de associação da ADUNICAMP chegou ao fim. Aliás, já

ALIZAÇÃO EM DEBATE

Sindical da ANDES? Sindicato independente? Sindicato das seqüências de cada uma destas opções? A sindicalização, a ADUNICAMP, através de seu Conselho de debates "ADUNICAMP E SINDICALIZAÇÃO".
Ve como debatedores os professores: Edmundo Dias e Ricardo de Freitas da Faculdade de Educação e Mário Presser do Instituto de Engenharia de São Carlos, São Paulo.
Os principais momentos do debate



havia chegado ao fim, na prática, nas últimas gestões. A influência institucional da ADUNICAMP se não é zero, se pudesse ser negativa até, eu acho que teria sido negativa, ela é muito próxima a zero".

• "A ADUNICAMP não ganhou uma questão importante quase, a nível institucional. As vitórias que ela obteve todas se situam estritamente no campo sindical. Mais ainda, eu acho que nós estamos entrando numa fase onde justamente as tarefas sindicais, estritamente sindicais, elas virão para a linha de frente".

• "(...) neste final de ano, nós vamos entrar no processo recorrente e conhecido, dos últimos anos, que é que se acelerou a inflação para níveis muito altos, o ICM não vai acompanhar porque há uma recessão e nós vamos levar outro brutal arrocho salarial, em cima de alguns outros que nós já tivemos e não havíamos sequer nos recuperado".

• "... é quase certo, que com os níveis salariais que nós estamos, a maioria dos docentes vai ficar inadimplente, muito brevemente. Ou então, vão se mudar para lugares que até então eles somente tinham escutado falar no jornal".

• "Eu acho que efetivamente nós somos docentes universitários do Estado de São Paulo, ponto. (...) Temos uma

interligação com a ANDES, mas várias das teses que a ANDES defende nos são completamente estranhas, para dizer o mínimo, quando não são contrárias às teses históricas que nós temos carregado. Nós não somos exatamente os melhores amigos da ANDES, nunca fomos".

• "... eu não vejo com bons olhos a ANDES, nunca vi. E acho que a ANDES na verdade não tem uma história tão brilhante assim".

• "Trabalhadores em educação, (...) na realidade já estão organizados e possivelmente darão um sorriso simpático e nos mandarão pentear macacos caso a gente propuser alguma união com eles. Eu não vejo como, eles têm seus próprios interesses".

• "... dado o ambiente externo que a gente pode desenhar no curto prazo, é óbvio que se a universidade quiser sobreviver relativamente bem até lá, eu pelo menos, não sou muito otimista, eu acho que vai ter que haver algum grau de canibalismo na Universidade Pública Paulista".

• "... não vai ser possível todo mundo ficar dentro. (...) todos os interesses a nível de docentes que estão hoje contemplados dentro da Universidade Pú-

blica Paulista, todo o leque de alternativas e principalmente essa expansão recente, bastante grande que houve da Universidade Pública Paulista".

• "... eu acho que o desafio do movimento docente, na verdade, vai ser tentar organizar um pouquinho esse canibalismo, as regras do canibalismo".

• "... há uma convivência do movimento docente com a atividade de docentes de baixíssima produtividade até hoje na universidade, quer dizer, passa realmente pela questão da avaliação, uma avaliação mais séria, porque dessa vez vai ter que ser uma avaliação que vai valer alguma coisa".

• "... nós vamos ter que convidar certamente alguns dos nossos colegas que já estão em idade mais avançada, com produção recente - recente, que eu digo é nos últimos dez anos - quase inexistente, que são detestados pelos alunos e que moram 'tipo' Rio de Janeiro (quando moram perto!) a se aposentarem aos 30 anos e não aos 35. Vamos ter que convidar alguns dos recontratados a deixarem de ser recontratados...".

RICARDO ANTUNES

• "... a luta pela sindicalização do funcionalismo público, daqueles que trabalham no Estado, (e dentro dele, os professores das Universidades públicas), é algo que vem desde 1931, quando um Decreto Vargasista, que instaura a estrutura sindical brasileira, impede o direito de sindicalização dos funcionários públicos".

• "... o direito de sindicalização do funcionalismo público passou a ser uma luta. É só com a Constituição de 88, no artigo que prega a liberdade de associação sindical que esse direito passa a ser adquirido".

• "Para a ordem dominante o funcionário público é funcionário do Estado, o Estado é um organismo importante numa ordem econômica, social e política, portanto, para esses setores dominantes, qualquer que fosse a justificativa, a questão essencial era essa: os funcionários do Estado não poderiam ter um direito de organização autônomo".

• "Na década de 80, no Brasil, houve uma verdadeira explosão do sindicalismo dos assalariados médios (...) Profissionais da educação, da saúde, bancos, de serviços; (...) que até então não tinham experiência sindical, ingressam na luta grevista e com muita intensidade, com muita força".

• "... a ADUNICAMP existe muito antes da Constituição de 88, para citar um exemplo. O mesmo vale para a APEOESP, o mesmo vale para a antiga CPB, o mesmo vale para a ANDES. O que essas entidades estão fazendo é de algum modo, adequar-se a uma nova situação".

• "Embora muitos professores não gostem dessa idéia, se nós não somos parte da classe operária em sentido estrito - isso me parece uma obviedade - nós somos entretanto parte integrante de uma classe trabalhadora".

• "... de uma classe que vive do seu trabalho e do seu salário. É isso que explica a presença dos bancários no movimento sindical, dos professores, dos funcionários - categorias que, salvo raras exceções, não tinham nenhuma tradição de luta no pré-64, por exemplo".

• "Os professores fazem parte da luta sindical, quer queiram ou não queiram. Esse movimento é colocado, digamos assim, espontaneamente, muitas vezes, na luta reivindicatória".

• "Esse quadro se acentua (...) com o governo Collor, um governo que tem uma concepção privatista levada ao limite, que efetiva o sucateamento do setor produtivo estatal que é fundamental no padrão de acumulação capitalista brasileiro. Que realiza um arrocho salarial sem limites, tanto para o mundo privado como para o mundo público, que quer privatizar o que resta do ensino público e quer quebrar a Universidade com reflexão, com tecnologia e com ciência autônomas".

• "Como é que é possível pensar numa universidade reflexiva, com padrão qualitativo, com ciência, com reflexão crítica, se o professor como profissional é subremunerado, vive um processo constante de dilapidação salarial?".

• "O papel crescente do movimento docente, a luta sindical, a luta pedagógica, a luta científica, a dimensão do ser educador e do ser trabalhador estão muito articulados. Eu acho que a questão que se coloca é: oficializa ou não o sindicato?".

• "A ANDES é um sindicato nacional, constituído, é verdade, majoritariamente pelas Universidades Federais. Mas isso tem muito a ver com o abstencionismo das Universidades Estaduais de São Paulo nessa luta sindical. As Universidades Estaduais, muitas vezes pautaram sua visão dentro de uma concepção corporativista".

• "Se ainda não foi possível caminhar para um sindicato único dos funcionários e professores, se a trajetória não tem sido essa, eu acho que nós devemos estreitar ao máximo esses dois movimentos. Porque eles têm mostrado que, a nível estadual e a nível federal, vão melhor, quando caminham de maneira articulada. E isso implica em articularmos com os funcionários da ADUNICAMP, com os professores e funcionários da USP e UNESP, num fórum, digamos assim, sindical que atue de maneira cada vez mais unitária".

INTERVENÇÕES DA PLATÉIA

JOSÉ VITÓRIO ZAGO - IMECC

- "Eu acho que o debate foi interessante, mesmo porque, os companheiros procuraram colocar o debate na conjuntura atual. Eu acho que o Presser fez bem isso. Se bem que, eu discordo radicalmente do remédio dele. (...) remédio que ele coloca, no mínimo, no mínimo, beira o pacto social".
- "A nossa proposta é outra, é da luta, de lutar contra isso. Lutar internamente contra o nosso patrão, que é o governo do Estado e o Reitor e contra o Collor, inclusive fazendo um amplo movimento para tirar esse cara".
- "A gravidade que vem pela frente, mostra exatamente que é necessária a mais ampla unidade aqui dentro".
- "Infelizmente, a mesa não viu uma realidade, o sindicato dos trabalhadores da UNICAMP já está fundado. Com a participação de professores, inclusive. Esteve aberta a eles num Congresso, com teses, democrático".
- "E nós apelamos que os companheiros se filiem a esse sindicato. Porque não é um sindicato corporativo só, não. Que a gente vai também decidir coisas acadêmicas aí dentro".
- "A segunda coisa que já existe e não se falou aqui, é que já existe uma federação de associações dos sindicatos das Universidades brasileiras, que é a FASUBRA".
- "... obviamente, nós não vamos usar a lei, para enquadrar os professores. Está longe de nós isso daí, seguramente. Está aberta a possibilidade de professores se filiarem. Se os professores, os docentes resolverem que a melhor maneira de filiar é outra, obviamente, nós não vamos entrar na Justiça. Não vamos fazer nada, porque nós somos contra a intervenção do Estado dentro do sindicato. Mas está aberta essa possibilidade de filiação de docentes".
- "Eu acho que qualquer estrutura sindical que a gente coloque aqui, que divida na base, por qualquer motivo, que divida na base, está fadada ao insucesso".
- "A ADUNICAMP ainda não se decidiu pela filiação à ANDES. Eu acho, vou defender, e já defendi no passado, que a maneira correta de se fazer não é pela maneira profissional, mas sim, pela categoria de ramo de atividades, o que aliás está dentro das propostas da CUT. (...) O problema é definir o que é um ramo de atividade. O funcionalismo público é ramo de atividade? O ensino em geral? A Educação é um ramo de atividade? Ou, trabalhadores do ensino de 3º grau, um ramo de atividade? nós estamos apostando nessa: que trabalhadores do ensino de 3º grau é um ramo de atividade".
- "A unidade que a gente vai ter que forjar aqui dentro, nas lutas contra o Collor, contra o Fleury, contra o Vogt, vai mostrar qual é o tipo de organização mais adequada. Mas nós estamos avançando esse tipo, e gostaríamos que os companheiros docentes se enteirassem dela".

ITAMAR FERREIRA - FEM

- "Se nós entrarmos na ANDES, nós vamos ter que atuar na ANDES para fazer dela aquilo que nós consideramos ser o correto. É óbvio, né? E nesse ponto, eu sou plenamente favorável a criação da instituição sindical. Isso, eu gostaria de ver isso aí, o mais rápido possível. Porque afinal de contas, a UNICAMP, ela está tão velha, principalmente a nível de docentes. Tão velha, que tem me deixado triste".
- "Então, a minha proposta é na seguinte direção. Eu gostaria que a atual diretoria, mesmo com mandato tampão, fizesse até o final da sua atual gestão, uma definição clara, com relação ao sindicalismo".
- "Eu não tenho a menor de todas as mínimas ilusões, de ver uma platéia dessa, com um número grande de gente, aqui, para discutir a questão da sindicalização. Se alguém tem ilusões desse tipo, vocês estão no lugar errado. Essa é a grande realidade. (...) Nós temos que acelerar esse processo, não dá para esperar mais".
- "Os nossos colegas, a nível federal, eles precisam do nosso respaldo".
- "... o sindicato não é uma questão de salário, só. O sindicato é uma questão política também, que está envolvida. Então, nós temos que acelerar esse processo".

MARIA ROSA NAVARRO - IE

- "Parece como se tivessem um balão de ensaio na Argentina, com o que mais se aplica lá, acondicionam um pouquinho e passam para o Brasil. Então tudo o que Mário Presser falou de lá, e o diagnóstico da situação é válido. Aliás, desgraçadamente muito parecido".
- "Agora as formas de sindicalização. Que é a luta sindical? Basicamente a luta salarial, neste momento, e não mistifiquemos! A sobrevivência da Universidade depende da sobrevivência dos trabalhadores da Universidade".
- "Nós temos um patrão que é o estado de São Paulo, um orçamento para as três Universidades e para todos os trabalhadores das três Universidades. (...) Unifiquemos a nossa luta com quem tem que ganhar o salário da mesma forma".
- "Tem outra luta que é derrubar o Collor, (...) mas aí já são políticas mais integradas, é outro âmbito de discussão. Eu não digo que o sindicato não faça, mas você não se organiza em sindicato para derrubar o Collor! Se organiza em sindicato para melhorar o seu salário".

FRANCISCO DE ASSIS MACHADO REIS - IQ

- "Pelo que o Ricardo colocou, eu acho que, a tomar uma decisão precipitada, ficamos como está e vamos ver o que devemos fazer no futuro".
- "Essa questão vai ser decidida. Não vai ficar como se ficou, há anos, empurrando ela. Quando no início do ano, a gente não tiver aumento salarial, que não vai ter, porque não tem o ICMS, todo aquele quadro gigantesco que o Mário Presser colocou aqui. O que vai acontecer? - Nós vamos ter uma campanha salarial duríssima no início do ano que vem. É o momento de mobilização".
- "Eu estou falando, do ponto de vista estratégico. É o momento de mobilização que nós vamos chegar e vamos ter muito mais forças para discutir e ver qual é a melhor opção que se pode fazer em termos de decisão, do ponto de vista de sindicalização. (...) mesmo o Mário está colocando aqui, esse negócio todo, mas para ele já está clara a questão de ter que ser sindicato. Eu acho que já é um ponto positivo".

HERMANO DE M. F. TAVARES - FEE

- "Gostei muito de que os debatedores tivessem opiniões divergentes a respeito de qual será o fórum de porte mais alto, no qual a gente se colocaria. Mas eu acho que essa discussão, deveria se misturar, ou até mesmo a discussão das tecnicidades, deveria preceder um pouco isso a meu entender".
- "É o que todo mundo pergunta por aí. O que é que implica esse negócio de sindicalizar ou o que é que a gente ganha? O que é que a gente perde? Quais são as vantagens, quais são as desvantagens?"

Barão
SUPERMERCADOS

**Supermercados
BARÃO Ltda.**

Mantemos convênio com a
ADUNICAMP e também predatamos
o seu cheque.

CONHEÇA NOSSO SISTEMA

Rua Benedito Alves Aranha, 130
Barão Geraldo - Fone: 39-2426

SCORT-CAR

Mecânica e Peças Ltda.

DIESEL- GASOLINA

ÁLCOOL

R. JOSÉ MARTINS, 1847

V. STA. ISABEL
BARÃO GERALDO - CAMPINAS - SP

(0192) 39-3626 / 39-3075

FAX: (0192) 39-5633

Alguns pontos para a reflexão: a criação da Adunicamp - Sindicato dos Docentes

O objetivo deste artigo é levantar alguns pontos para a discussão sobre a questão da criação da ADUNICAMP - Sindicato dos Docentes.

O primeiro ponto diz respeito à luta do funcionalismo público pelo direito de sindicalização. Desde 1931, quando foi instituída a estrutura sindical durante o Vargasismo, que este direito é coibido a esta parcela dos trabalhadores. Foi somente com a Constituição de 1988 que este direito foi conquistado.

O segundo aspecto diz respeito a explosão do sindicalismo dos assalariados médios, ao longo da década de 80. Foi um momento de enorme avanço sindical destes setores sociais que, até então, tinham pouca tradição sindical. Médicos, professores, bancários, trabalhadores do setor de serviços, funcionários públicos, começaram a vivenciar significativa experiência sindical, ampliando na atuação concreta a noção de classe trabalhadora, que agora passava a incorporar mais visivelmente todos aqueles que vivem do seu trabalho. A atuação sindical tornou-se um traço constitutivo também dos professores das universidades que, juntamente com os demais assalariados médios, viram constituir, ao longo desta década, várias associações de caráter sindical.

O terceiro ponto diz respeito às relações entre luta sindical e vida universitária. É imperioso afirmar que não há nenhuma antinomia entre estes níveis de ação dos professores. Mais ainda, são ações intimamente articuladas, de modo que a efetiva vida universitária, criativa, reflexiva, científica, crítica e independente, só pode germinar num solo onde inexista o arrocho salarial, a degradação e dilapidação da remuneração dos docentes.

Neste universo, ganha relevância a questão da criação do Sindicato dos professores da UNICAMP. Ele vem agregar-se à luta dos docentes, à nível nacional, que através da ANDES tem procurado fundir ação sindical e pedagógica, dimensão reivindicativa e política científica. É verdade que, de há muito tempo a ADUNICAMP tem sua ação efetiva baseada nesta dupla concepção.

Trata-se então de saber se ela deve oficializar-se enquanto sindicato ou não.

Desde logo é preciso dizer que há vantagens — e algumas desvantagens — neste processo. Começemos pelas vantagens.

O direito de criar o Sindicato é resultado de uma luta histórica dos funcionários públicos (e dentro deles, dos docentes). Agindo assim, o direito de representação sindical, até recentemente vetado a esta categoria profissional, passa a ser instituído. Isto tem uma inegável significação política. O patronato estatal não poderá recusar-se a negociar com as entidades vinculadas ao funcionalismo público. Este poderá, por exemplo, através de suas entidades sindicais, solicitar a abertura de dissídios coletivos, se assim julgar oportuno.

No caso específico da ADUNICAMP, uma vez convertida em Sindica-



to, ela estará se somando à ANDES, bem como as demais associações de docentes das universidades estaduais do estado de São Paulo, que converteram-se em seção sindical da ANDES. Estará dando um passo político importante na constituição de um movimento sindical docente, vinculado às universidades.

Há, entretanto, algumas desvantagens que cabe ao docente ter plena consciência, de modo a impedir alguns desdobramentos negativos, que resultam da oficialização do sindicato. Este deverá recusar de toda maneira as formas tradicionais de sustento do sindicato oficial, tais como o imposto sindical e a taxa assistencial. Embora diferentes, ambos negam a única forma legítima de sustentação financeira dos sindicatos, dada pelo pagamento da mensalidade consciente e solidária pelo associado. A ADUNICAMP, convertida em sindicato, deve manter-se no espaço de autonomia e independência que sempre pautou a sua atuação, recusando os pontos nefastos da tutela sindical. Deve recusar, portanto, o assistencialismo que tanto impregna as entidades sindicais.

Deverá lutar pelo estreitamento e aproximação crescente com o sindicato dos funcionários desta Universidade — a ASSUC — bem como com o sindicalismo dos docentes da USP e UNESP e dos funcionários destas universidades. Deve intensificar a prática do Fórum das Universidades hoje existente, de modo a preservar a indispensável unidade de ação destas entidades do funcionalismo de São Paulo. No âmbito nacional deverá somar-se à ANDES nos embates decisivos contra a política educacional dominante e nefasta.

Se atuar nestas duas frentes, junto à ANDES e junto aos sindicatos dos docentes e funcionários das universidades de São Paulo, a ADUNICAMP, convertida em Sindicato, terá mais peso e força para travar os embates que dizem respeito às condições de trabalho e à preservação do padrão acadêmico e científico que de algum modo caracterizam a nossa Universidade.

Ricardo Antunes
Prof. - IFCH

CONSTRUIR A DEMOCRACIA SINDICAL, FORTALECER A LUTA DOS DOCENTES

A decisão sobre a sindicalização ou não dos docentes da UNICAMP assume, cada vez mais, um caráter de urgência. Deixamos passar o tempo, como se o tempo resolvesse nossas dificuldades. Hoje, o problema se coloca de um modo mais complexo. Anteriormente poderíamos ter decidido, por esta ou aquela formulação, com mais folga e mais liberdade. Sem dúvida, a decisão hoje se dá em um campo recortado pela intervenção de outros elementos. O campo das possibilidades já não é o mesmo. As propostas permanecem, mas existem alguns limites. Por exemplo: hoje se torna praticamente impossível decidir pela fórmula: Sindicato dos Docentes das Universidades Públicas Paulistas. A USP e a UNESP já se decidiram pela não aceitação dessa fórmula, o que a torna inviável.

Creio que é preciso resguardar a nossa história associativa e dar um passo adiante. A ADUNICAMP nasceu sob a forma de Associação, livre e independente do Estado e daqueles que efetivamente contratam a força de trabalho universitário. Não há espaço aqui para discutir se o governo do Estado é ou não a figura clássica do patrão. De todo modo, a forma associativa se fez autonomamente em relação a ele. Nascida livre, e mantida nessa situação pela auto-sustentação financeira (dependemos sempre apenas da livre contribuição dos associados), a ADUNICAMP só após o texto constitucional de 88 pode colocar-se a questão de ser ou não sindicato e, caso decidíssemos por essa transformação, uma segunda questão: qual a forma sindical a ser adotada.

Partimos do pressuposto que a ADUNICAMP deve tomar uma primeira decisão: tornar-se Sindicato, não apenas de fato, mas de direito. E após isso assumir o projeto de ser uma Seção Sindical do Sindicato Nacional de Docentes em Estabelecimentos de Ensino Superior (ANDES-Sindicato Nacional). Porque essa forma e não outra qualquer? É óbvio que, toda e qualquer forma que ela assuma trará modificações. Contudo a que alterará menos é a forma da Seção Sindical. Na realidade quando o Sindicato Nacional, no seu Congresso de criação, se decidiu ser uma estrutura, ele o fez em uma dupla perspectiva: por um lado, manter a experiência e a autonomia das ADs e, por outro, ganhar a força e a expressividade nacionais. Pelo Estatuto da ANDES-

SN a autonomia, a liberdade de decisão e de formulação das ADs é mantida. Apenas para exemplificar: no âmbito da sua base as ADs tem absoluta autonomia para decidir das suas reivindicações e o Sindicato Nacional só negocia-se quando por delegação das suas seções — as estaduais paulistas continuariam a ter liberdade de fazer as negociações e encaminhar coletivamente (entre elas) os seus projetos. Repetimos: só por delegação da base é que o Sindicato Nacional negociará. Outro exemplo concreto da liberdade e da autonomia das Seções Sindicais se refere ao fato de que suas instâncias democráticas continuarão sendo eleitas pela base e poderão — o que é normal e democrático — estar em contraposição política com a direção nacional do Sindicato. Suas receitas e suas despesas continuarão sendo suas. Coisa que apenas na forma do Sindicato dos Docentes da UNICAMP seria possível (ou no caso da permanência da forma associativa).

Por outro lado o Sindicato nacional continuará a atuar no sentido de combinar as questões ditas corporativas (absolutamente necessárias em qualquer sindicato e agudizadas pela continuidade da recessão) com as questões mais gerais da luta democrática e da intervenção nacional no debate da educação, da saúde, da cultura e da ciência e tecnologia. Toda e qualquer outra forma tenderá a reduzir o âmbito geográfico dessa intervenção. Na realidade trata-se de garantir a força da unidade nacional e a expressividade da base dos associados.

Uma questão decisiva, do nosso ponto de vista, é a formulação dos Estatutos da ANDES-SN da devolução do imposto sindical a todos os membros da base da UNICAMP. Único caminho possível para a abolição do ditatorial imposto sindical e elemento de desatrelamento do sindicato da estrutura sindical vigente.

Decidir pela adesão orgânica ao Sindicato Nacional com a manutenção da liberdade e autonomia da base associativa é conferir ao nosso sindicato uma maior capacidade de resolução dos problemas e ao mesmo tempo uma maior possibilidade de intervenção nos encaminhamentos da sociedade nacional.

Edmundo Fernandes Dias
Prof. IFCH



Óptica Maria Monteiro

- Laboratório próprio, armações nacionais ou importadas, lentes cristal ou acrílicas, óculos solares.
 - Filmes e revelações fotográficas
- DESCONTOS DE ATÉ 35% OU EM ATÉ 3 VEZES SEM ACRÉSCIMO

R. Maria Monteiro, 887 - Cambuí
Fone: 52-0966 - Campinas - SP



Aos nossos clientes,

Muito obrigado pela força que nos deram para que pudéssemos alçar nosso primeiro voo...

PRIMO VOLO
ARTE ESTILO MINEIRO

AV. PROFESSOR ATÍLIO MARTINI, 43
B. GERALDO - FONE: (0192) 39-5352
GALERIA TILLY CENTER

EM DEFESA DO CARÁTER SINDICAL DA ADUNICAMP

Analisar o processo de sindicalização dos professores universitários não é tarefa fácil. Ainda existem muitos preconceitos em relação a vinculação trabalho acadêmico/luta sindical e à formas que, em cada momento histórico o movimento docente adotou para levar a frente suas reivindicações e exercer as necessárias pressões na defesa dos direitos dos docentes do ensino superior.

Há, no entanto, uma situação hoje que poderíamos caracterizar como emergencial e que está a exigir de nós uma definição quanto aos caminhos que deveremos seguir para enfrentar uma conjuntura difícil e razoavelmente desfavorável para os setores democráticos e progressistas. Essa situação é resultado da agudização do processo de arrocho a que estamos submetidos e de um quadro conjuntural que revela profunda crise do governo no campo político com desdobramentos ainda um tanto imprevisíveis.

Este quadro que atinge a Universidade de maneira particular e peculiar no que tange a autonomia da pesquisa científica e a sua sobrevivência, exige de nós não a "maturidade para entender a modernidade" como querem alguns, mas disposição para enfrentar essas adversidades com muita garra e unidade.

Diante destas exigências não há como recusar ou contestar o caráter sindical que a ADUNICAMP sempre teve buscando ampliá-lo em unidade com os outros setores da educação e dos trabalhadores de nosso país. Esta é a única forma que os assalariados — categoria da qual fazemos parte — têm de enfrentar as condições de exploração e de opressão a que estão submetidos no capitalismo buscando sua superação para formas mais avançadas de organização social no caminho do socialismo.

Considerando o fato de ADUSP e ADUNESP já haverem deliberado por transformarem-se em seção sindical da ANDES - Sindicato Nacional nossas possibilidades de opção ficaram razoavelmente reduzidas. Neste sentido, acredito que, se pretendemos realmente avançar para formas sindicais mais orgânicas, não nos resta outra alternativa na atual conjuntura senão a de optarmos por nos transformarmos em seção sindical da ANDES.

Farto do princípio de que devemos manter e ampliar nossa articulação com o movimento docente e com movimento das universidades a nível estadual e nacional. Não compartilho, portanto, da opinião de que devamos buscar um caminho

próprio, independente das outras ADs estaduais paulista, das ADs a nível nacional e dos sindicatos dos funcionários.

Penso que o avanço da luta dos trabalhadores em nosso país indica a necessidade de organizações sindicais estruturadas nacionalmente por ramo de atividade e entendo que a educação é um ramo de atividade respeitadas as especificidades de cada um dos níveis 1º, 2º e 3º graus.

Neste sentido, gostaria de pontar alguns caminhos e os passos necessários para concretizar essa organização:

1º Manter nossa organização atual — ADUNICAMP — ampliando-a para seção sindical da ANDES, buscando a unidade com o Sindicato dos funcionários da UNICAMP. Há questões internas fundamentais que emergem como resultado do projeto de Universidade que está sendo gestado e implantado pela atual Reitoria em perfeita articulação e consonância com o Governo Collor. Essas questões exigem uma unidade interna para um enfrentamento sindical e também institucional.

2º Manter e fortalecer a articulação das ADs e Sindicatos de funcionários das 3 Universidades Estaduais Paulistas como forma de enfrentar unitariamente tanto a política salarial arrochante e recessiva implantada pelo CRUESP como o tratamento prestado pelos reitores as nossas entidades representativas.

3º Manter e fortalecer as formas de articulação a nível estadual — Forum em Defesa da Escola Pública e/ou outras que existam ou venham a existir — como forma de enfrentar a política do governo do estado para a Educação e as lutas por mais verbas para a Universidade e para a Educação pública.

4º Lutar para que a ANDES caminhe no sentido de se transformar, em conjunto com a CNTE, a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO SETOR PÚBLICO, buscando criar foruns unitários com o setor de 1º, 2º e 3º graus privados, apontando para uma única CONFEDERAÇÃO NACIONAL do setor educacional.

Para que possamos trilhar esse caminho é necessária uma ampla mobilização e participação do conjunto dos docentes da UNICAMP. Este parece ser nosso maior desafio.

Helena Costa Lopes de Freitas
Prof. FE

Por um Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp

O ano de 92 traz para os trabalhadores brasileiros grandes desafios. O governo Collor submetido aos ditames do FMI lança o país numa recessão inédita com a inflação subindo a patamares insustentáveis. O sistema brasileiro de pesquisa e de ensino estão sucateados.

Na UNICAMP os desafios não são menores. Os três anos de autonomia, conquistada na greve de 88, foram uma arma utilizada pelo governo do estado e seus prepostos, os reitores, contra a Universidade.

O Reitor da UNICAMP, tão desgastado como o Collor, como mostraram as eleições para representantes docentes e de funcionários ao CONSU, empreende uma luta contra a organização dos servidores da UNICAMP, chegando ao desplante de se arrogar o direito de fixar a mensalidade da ASSUC.

Além disso, tenta-se convencer o docente de que com a autonomia ele se tornou o dono da Universidade, quando na realidade o domínio continua com a burguesia e o governo do estado representados pela alta burocracia da universidade composta indistintamente por professores e funcionários.

Para fazer frente a esses desafios - nos campos econômico - político e ideológico - é necessária a mais ampla unidade dos trabalhadores - desde o local de trabalho, da empresa até a unidade a nível nacional.

A divisão dos trabalhadores na Universidade entre funcionários e professores, esta é a principal debilidade da proposta da sindicalização através da ANDES-SN.

Ademais esta proposta é de sindicalização por profissão; que é uma proposta mais atrasada e mais favorável aos patrões que a proposta da organização dos trabalhadores por ramo de atividade.

A proposta que defendemos é a de um Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP, como passo inicial para um Sindicato nos estabelecimentos de ensino de 3º grau do Estado de São Paulo.

Aliás esse sindicato já existe desde junho deste ano.

É um sindicato que foi fundado de maneira democrática, através de um Congresso de delegados votados em reuniões em todas as unidades da UNICAMP: as de ensino, administração e a médico-hospitalar.

Esse sindicato incorpora em seus estatutos o que de mais democrático o movimento dos trabalhadores já experimentou.

Seu órgão máximo é um Congresso de Trabalhadores, que se reúne no mínimo de três em três anos. A seguir tem as Assembléias Gerais, o Conselho de Representantes e a Diretoria formada por coordenadoras.

Para tratar dos problemas específicos dos docentes poderá ser criada no seu próximo Congresso, em junho do próximo ano, uma Coordenadoria Acadêmica.

Existe também pelos estatutos a possibilidade de revogação do mandato da Diretoria em caso de não cumprimento de seu programa ou de decisões dos órgãos soberanos do sindicato.

É um sindicato de luta, que não se limita aos interesses imediatos dos trabalhadores da UNICAMP. Tem claro a sua importância para a defesa da Universidade, do ensino público e gratuito, da independência nacional, da auto-emancipação dos trabalhadores, do combate ao racismo, ao sexismo e outras formas de opressão.

Convidamos a todos os docentes da UNICAMP a se filiarem a esse sindicato.

Mais importante ainda; isto também deve ser feito de maneira coletiva através de manifestação de Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim.

Unidos seremos mais fortes ainda.

Viva o Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP.

FORA COLLOR !

José Vitorio Zago
Prof. - IMECC

